

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Mário Willians dos Santos

**DITADURA MILITAR E EDUCAÇÃO: a Revista Brasileira de Estudos
Pedagógicos no período de (1968-1971)**

Taubaté-SP
2022

Mário Willians dos Santos

**DITADURA MILITAR E EDUCAÇÃO: a Revista Brasileira de
Estudos Pedagógicos no período de (1968-1971)**

Monografia apresentada ao departamento de ciências sociais e letras da Universidade de Taubaté como parte da avaliação para obtenção do certificado de licenciatura em história.

Orientação: Prof Dr. Mauro de Castilho Gonçalves.

**Taubaté-SP
2022**

Grupo Especial de Tratamento da Informação – GETI
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBi
Universidade de Taubaté - UNITAU

S237d Santos, Mário Willians dos
Ditadura militar e Educação : a Revista Brasileira de Estudos
Pedagógicos no período de (1968-1971) / Mário Willians dos
Santos. -- 2022.
38 f.

Monografia (graduação) - Universidade de Taubaté,
Departamento de Ciências Sociais e Letras, 2022.
Orientação: Prof. Dr. Mauro de Castilho Gonçalves, Instituto
Básico de Humanidades.

1. Ditadura civil-militar. 2. Políticas educacionais. 3. Revista
Brasileira de Estudos Pedagógicos. I. Universidade de Taubaté.
Departamento de Ciências Sociais e Letras. Curso de História.
II. Título.

CDD – 370

MARIO WILLIANS DOS SANTOS

**DITADURA MILITAR E EDUCAÇÃO: a Revista Brasileira de Estudos
Pedagógicos no período de (1968-1971)**

Monografia apresentada ao departamento de ciências sociais e letras da Universidade de Taubaté como parte da avaliação para obtenção do certificado de licenciatura em História.

Orientação: Prof Dr Mauro de Castilho Gonçalves.

Data: 24/02/2022

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr.Mauro de Castilho Gonçalves

Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Profª Ma.Karina Clécia da Silva Guilherme

PUC-SP

Assinatura _____

Prof. Me. Samuel José de Carvalho

PUC-SP

Assinatura _____

RESUMO

Discutir as publicações da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos no período dos governos militares no Brasil é o principal objetivo desta pesquisa. Nesse sentido, houve a necessidade de aprofundar a questão do golpe civil- militar, a partir de outras pesquisas sobre o período. Além disso, foi preciso estudar qual a política educacional e quais mudanças aconteceram na concepção pedagógica e estatal na história da educação brasileira, entre o período de 1968-1971. A Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP) é verificada como uma importante fonte de documentação do período da ditadura civil-militar brasileira. Sua história, ciclos editoriais e discussões pontuais na área da educação auxiliam na compreensão do período estudado, as mudanças de um regime democrático para um Estado ditatorial influenciaram o pensamento pedagógico para um viés conservador e as ciências humanas perderam espaço nas discussões educacionais em prol de um pensamento tecnocrata.

Sendo assim a educação no período dos governos militares serviu para o trabalho sem pensamento crítico essas impressões traduzem a intenção da presente pesquisa.

Palavra-chave: Ditadura civil-militar. Políticas educacionais. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos

ABSTRACT

The main objective of this research is to discuss the publications of the *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* during the military governments in Brazil. In this sense, it was necessary to deepen the question of the civil-military coup, based on other researches about the period. Besides, it was necessary to study which educational policy and which changes happened in the pedagogical and state conception in the history of Brazilian education between 1968-1971. The *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (RBEP) is verified as an important source of documentation from the period of the Brazilian civil-military dictatorship. Its history, editorial cycles, and occasional discussions in the field of education help in the understanding of the period studied, the changes from a democratic regime to a dictatorial State influenced the pedagogical thought towards a conservative bias, and the human sciences lost space in the educational discussions in favor of a technocratic thought.

Thus, education during the period of the military governments served to work without critical thinking. These impressions translate the intention of the present research.

Key-words: Civil-military dictatorship. Educational policies. Brazilian Journal of Pedagogical Studies

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO I	8
1.A ditadura civil-militar no Brasil (1968-1971)	8
2. Algumas considerações sobre a historiografia do golpe civil-militar brasileiro	11
3. Civis e militares na ditadura e o processo de resistência	14
CAPITULO II	17
1. A educação e o regime militar no Brasil	17
2. O Planejamento educacional no Brasil (1968-1971)	19
3 .A reforma universitária de 1968	21
CAPÍTULO III	25
1. A pesquisa histórica e a publicação de periódicos na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos	25
2 A produção intelectual sobre educação de nível superior da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP): 1968-1971.	27
3. Análise de alguns editoriais e a temática das publicações da RBEP entre 1968-1971.	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS	36

INTRODUÇÃO

Quando tomei conhecimento da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos na graduação em pedagogia em que fui aluno na Universidade de Taubaté, a revista sempre foi uma referência de estudo e continua sendo na minha formação e na conclusão do curso de história. Fui aluno de escola pública e após estudar pedagogia, percebi a importância de discutir a realidade educacional brasileira que sofreu grandes mudanças nos regimes militares especialmente entre o período de 1968-1971, em que as reformas universitária e de educação básica alteraram as práticas pedagógicas dentro de um regime ditatorial.

A Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP) foi criada em 1944 e constituiu-se como periódico quadrimestral, publicado em formato impresso e eletrônico pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). É formada por professores, pesquisadores, alunos da graduação e pós-graduação, assim como técnicos e gestores na área da educação.

O objetivo deste estudo, portanto, foi compreender as políticas educacionais concebidas durante o período dos governos militares (1968 - 1971), este recorte compreende a reforma de 1968 (Universitária) em que a abertura para o ensino superior privado alterou a temática das pesquisas em educação no Brasil e a de 1971 (Educação básica) que estabeleceu a formação básica necessária para introdução do sujeito no mundo do trabalho. A legislação que sustenta tais políticas, o papel da revista e dos agentes educativos e o processo que promoveu mudanças significativas nas políticas públicas, referentes à educação brasileira. Em vista disso, as análises feitas ao longo deste estudo apoiam-se em pesquisas bibliográficas e documentais e foram divididas em três capítulos.

No primeiro capítulo para entender a educação no período dos governos militares, foi preciso, recorrer à história da ditadura civil-militar brasileira e à historiografia realizada sobre o período em questão depois, foi preciso refletir sobre algumas considerações acerca da participação civil na ditadura militar e os processos de resistência, uma vez que as políticas públicas e concepções de ensino

recebem influência da política externa do governo e de padrões internacionais de educação.

No segundo capítulo, discuto a legislação e os artigos que regem o planejamento educacional no Brasil de 1968-1971, destaquei a reforma universitária de 1968 e a educação no regime militar. E, por fim, o terceiro capítulo, a linha editorial e análise das publicações do período.

Esta pesquisa teve como justificativa verificar a relação da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos com a ditadura militar, bem como se as políticas públicas têm atendido às expectativas, e se há avanços no quadro educacional no decorrer da história e buscar por uma bibliografia, cujo foco fosse o histórico do período dos governos militares e o projeto de educação, e se há conquistas ou retrocessos.

O método utilizado foi feito por levantamento de dados de sites oficiais, e sites especializados, além de artigos e publicações referentes à área de educação. Primeiramente fiz o levantamento de uma bibliografia do período que me permitisse abordar o tema estudado por meio de autores apresentados no curso de história, depois foi feito um fichamento com os temas pertinentes à pesquisa e para isso recorri às fontes documentais disponíveis no departamento de ciências humanas da universidade em que tive acesso aos exemplares da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos estudados no desenvolvimento desta pesquisa, entre os autores indicados escolhi historiadores e jornalistas que pesquisaram sobre o tema da educação e ditadura militar no Brasil. Alguns autores como Anísio Teixeira, Fernando Azevedo e Paulo Freire conheci ainda na graduação em Pedagogia, e outros autores como o historiador Daniel Aarão Reis e o jornalista Elio Gaspari que são abordados no desenvolvimento da pesquisa conheci no curso de história, espero que essa pesquisa possa ser útil para quem necessite de informações sobre o período militar e possa ampliar as discussões pertinentes às questões educacionais brasileiras.

CAPÍTULO I

1.A ditadura civil-militar no Brasil (1968-1971)

Em outros países da América Latina também havia ditadura comandada por militares, mas os presidentes brasileiros não gostavam de ser comparados com os “caudilhos” como eram conhecidos os vizinhos Paraguai e Chile e permaneciam no poder por um longo tempo, inicialmente o golpe militar foi aceito pela imprensa e classe média.

Segundo Carlos Fico(2009), para dar uma impressão de normalidade democráticas os militares brasileiros criaram o sistema de rodízio de generais na presidência da República, assim quem escolhia o general-presidente não era o povo, mas o Alto Comando das Forças Armadas.

A repressão do governo ficou intensificada com a indicação do General Costa e Silva, sucessor do então presidente Castelo Branco, visto como menos intelectualizado que seu antecessor Costa e Silva era chamado de “linha dura” inicialmente tentou construir uma imagem positiva para seu governo, prometeu diálogo para a oposição porém os episódios que aconteceram principalmente a partir de 1968 frustraram essa tentativa.

A Partir da posse de Costa e Silva, certos grupos e pessoas começaram a reagir, entendendo que os militares não podiam decidir os destinos do Brasil sozinhos. Foi o caso de Carlos Lacerda, ex-governador da Guanabara, que havia ajudado os militares golpistas, mas que agora, divergia deles”.(FICOU,2009,p.19).

Com o apoio dos ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart, Lacerda criou a “frente ampla”, não durou muito, mas jornalista famoso utilizou a televisão uma novidade na época como um meio de denúncia de uma ditadura corrupta, os militares não gostaram nenhum pouco.

Em 13 de dezembro de 1968 foi outorgado o ato institucional nº 5 (AI-5) por meio deste decreto a ditadura no Brasil estava formalizada e o governo brasileiro atingia o ponto máximo da radicalização do processo autoritário da ditadura civil-militar no país. Entretanto, setores da sociedade civil e instituições como

movimento estudantil, sindicatos, operários, intelectuais, estudantes e alguns setores da igreja católica associaram-se à luta oposicionista a situação era que qualquer brasileiro poderia ser um inimigo da nação em potencial estava instaurado o terrorismo de Estado.

Para Carlos Fico (2009,p.27) as medidas decorrentes do AI-5 foram tão severas que ficou claro que, agora, se vivia uma ditadura em um cenário de violência organizações de oposição intensificaram suas ações e partiram para um confronto direto contra os órgãos de repressão do governo.

Entre as organizações de oposição é possível mencionar algumas: a Aliança Libertadora Nacional(ALN) liderada por Carlos Marighella a Ação Popular(AP) vinculada á alguns setores progressistas da igreja católica e a Vanguarda Armada Revolucionária de outra liderança importante na luta armada Carlos Lamarca que fazia uso de táticas de guerrilha rural e urbana.

Esses grupos praticaram algumas ações que incluíam: assaltos a bancos e quartéis, recrutamento e treinamento de táticas de guerrilha, assim como denuncia dos desaparecidos e acolhimento as vitimas de praticas de tortura. Diante desse cenário dois episódios foram marcados do período do AI-5 o primeiro por um parlamentar que foi o discurso do Deputado Márcio Moreira Alves (MDB) às vésperas da comemoração do feriado de 7 de setembro de 1968 em que convocava as mães dos alunos para que os filhos não desfilarem nas escolas e para uma reflexão sobre as ações do governo vigente e o segundo foi o seqüestro do embaixador americano Charles Burke por grupos de esquerda em troca da libertação de presos políticos .

A violência e repressão do governo foi disseminada em toda a sociedade, com a censura prévia dos meios de comunicação e a ampliação e aplicação do controle político ideológico nas universidades e demais instituições educativas com o Decreto-Lei 477 de fevereiro de 1969.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o parágrafo 1º do Art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, DECRETA:

Art. 1º Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:

I - Alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento;

II - Atente contra pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de

- qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dele;
- III - Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dele participe;
 - IV - Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza;
 - V - Seqüestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro de corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno;
 - VI - Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública.

Quando a censura tornou-se prévia, toda a produção acadêmica precisou ser reorganizada no sentido de informar os sensores para a autorização ou o confisco de publicações que seriam por ordem do governo ratificada. Entre 1968 e 1974 de acordo com Elio Gaspari “o país esteve sob um regime escancaradamente ditatorial”(2004, p.129) foi o mais agudo da repressão e movimentos sociais e instituições destacaram-se pela luta dos direitos humanos e preservação da vida, como setores progressistas da igreja católica, com a figura de Dom Evaristo Arns , a organização dos advogados do Brasil(OAB), sociedade brasileira de imprensa(ABI) e sociedade brasileira para o progresso da ciência(SBPC).

A criação de uma junta militar e a indicação do Presidente Garrastazu Médici,”em 1969 violaram a constituição de 1967 que pela lei quem deveria assumir o poder era o vice-presidente Pedro Aleixo que era um civil mas ele havia sido o único voto contrário na reunião que aprovou o AI-5” (FICO,2009,p.29) a ordem com urgência de liquidar os opositores do regime, os chamados subversivos fez que o país encontrava-se em caos econômico e social quando o sucessor do Presidente Ernesto Geisel assumiu o poder em 1974.

Ainda que uma parcela da sociedade estivesse em clima de euforia em relação ao desenvolvimento do país, o chamado “milagre econômico” que aumentou o poder de compra e financiamento da classe média brasileira, o fator ideológico do combate ao comunismo aliado a censura e restrição aos meios de comunicação maquiaram a desigualdade social e econômica crescente de um governo de exceção o que legitimava as ações de violência de Estado ainda assim as idéias da doutrina de segurança nacional (DNI) podem ser identificadas em uma parcela da população em manifestações de rua até os dias atuais.

Sendo assim, em momentos de conflito político, os militares são cooptados pelos grupos dominantes, e os esforços concretos contra o executivo são ações combinadas entre civis e militares.

2. Algumas considerações sobre a historiografia do golpe civil-militar brasileiro

As pesquisas referentes ao período da ditadura civil-militar brasileira apresentam um vasta fonte documental, no cinema, literatura, jornais e entrevistas de pessoas que viveram aquele período histórico tradicionalmente outros pontos tinham maior produção nas publicações acadêmicas como a tortura e a repressão, porém o tema golpe tem recebido atenção nos últimos anos.

Para Daniel Aarão Reis, autor da obra *Ditaduras, esquerdas e sociedade* têm destaque na historiografia sobre teses no tema golpe, que vivenciou o período e teve o pioneirismo na questão da participação de grupos da sociedade civil na tomada de poder dos militares em seus trabalhos a sociedade aparece como cúmplice das ações golpistas e da construção autoritária. As procuras de novos temas sobre o assunto surgiram importantes historiadores que atualmente discutem a relação entre a sociedade e o golpe de 1964.

O golpe que era considerado militar, passou a ser chamado inclusive pela imprensa de civil-militar, o que aquece as discussões da participação da massa no processo conspiratório e relativiza a categoria resistência como eixo ético-político sob qual o golpe e o regime foram vistos, os arquivos acessados pelos historiadores produziram importante impacto no debate público.

Em um período de tantas informações é possível questionar a falta de memória do brasileiro, sendo que a produção acadêmica é farta com historiadores em destaque como : Daniel Aarão Reis, Carlos Fico, Marcos Napolitano e jornalistas como Elio Gaspari.

Diante da produção acadêmica o aspecto econômico também pode ser observado que tradicionalmente abordado por sociólogos como por exemplo Florestan Fernandes em a *Revolução burguesa no Brasil* em que o golpe civil-militar

e o regime tiveram importante papel no desenvolvimento do capitalismo brasileiro com alterações das relações de trabalho e direitos trabalhistas como a criação do FGTS, arrocho salarial concentração de renda, o golpe teve forte apoio do governo dos EUA, da elite econômica brasileira em que as declarações do presidente João Goulart principalmente em relação às reformas de base incomodavam mesmo que questionável a viabilidade das propostas naquele período e a proximidade com os governos revolucionários de Cuba e China, a ameaça do comunismo.

Outro exemplo de obra referente ao tema estudado é a coleção de Elio Gaspari as ilusões armadas em quatro volumes em que a ditadura envergonhada o primeiro deles, o autor analisa as razões do golpe, a narrativa é bem documentada e apresenta a burocracia que se desenvolveu diante de um contexto de um governo autoritário, e a participação de civis no processo de construção do aparelho repressor de Estado.

Com o aumento e estruturação do aparato burocrático do regime, a biografia de opositores é extensa, assim como as memórias dos militares também propõem um farto material relevante para estudos.

Nos períodos anteriores, ao golpe de 1964 a produção acadêmica estava voltado para as práticas de capitalismo desenvolvimentista ou o capitalismo de massa do economista Celso Furtado, porém com o avanço do regime e a política de modernização autoritária e conservadora o Brasil entrou nos anos 1970 com uma forte concentração de riquezas e crescente desigualdade social, dessa forma o fator econômico liderou os temas referentes à política.

A obra do historiador Marcos Napolitano 1964: história do regime militar brasileiro o autor indica que o tema golpe longe de estar se esgotando, vem abrindo cada vez mais possibilidades para debates, nas linhas de sua obra Napolitano também aponta para uma possível hegemonia cultural de esquerda no período, que teria mantido um foco de oposição com ampla manifestação e produção. No entanto, o ano de 1968 teria sido o grande banho de água fria, convergindo em dois aspectos: por um lado, o AI-5 culminou com uma perseguição mais ampla contra a oposição e uma aparelhagem mais bem elaborada para o ciclo opositor, por exemplo, com a criação do Departamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), que tinha como trabalho específico

monitorar e reprimir todas as manifestações de oposição ao governo. Por outro lado, boa parte dos artistas que foram para o asilo político passaram a divulgar mais a cultura brasileira para outros povos, fator interessante para os militares que ainda tinham a ideia de formar uma “grande nação” para o futuro, fator o qual usaram como discurso positivo para justificar a saída dos vários artistas brasileiros do país.

Para além da imprensa, de caráter mais restrito e aprofundado, os anos 1960 e 1970 viram florescer várias revistas de caráter acadêmico, mas não necessariamente ligada a instituições, partidos ou programas de pós-graduação específicos. A tradição de revistas vinha do início do século, sendo um dos espaços mais importantes de ativismo intelectual em um ambiente ainda carente de instituições de ensino superior (NAPOLITANO, 2014, p. 201)

Questões centrais para a partir das obras apresentadas devem ser analisadas como a tradição pelo liberalismo e autoritarismo das elites brasileiras, assim como amplo controle político e a violência autorizada por meio de política de estado, a dicotomia dos liberais no poder entre a crítica a censura e a necessidade de justificativa a repressão por causa das guerrilhas, a disputas e tensões no exercício do poder entre a linha dura e moderada.

Baixado o AI-5, “partiu-se para a ignorância”. Com o congresso fechado, a imprensa controlada e a classe média de joelhos pelas travessuras de 1968, o regime bifurcou a sua ação política. Um pedaço, predominante e visível, foi trabalhar a construção da ordem ditatorial. Outro subterrâneo que Delfim Neto chamava de “a tigrada”, foi destruir a esquerda. (GASPARI, 2004, p. 345)

As obras têm o mérito de colocar o tema golpe no debate público, a ideologia do autor pela leitura crítica pode resolver a questão de possíveis problemas teórico-metodológicos dos trabalhos.

As diferentes visões não são necessariamente conflitantes e podem ser integradas, uma análise que apresenta uma possibilidade de explicação sobre o golpe.

3. Civis e militares na ditadura e o processo de resistência

O golpe de 1964, foi resultado de um movimento civil-militar, o governo anterior do presidente João Goulart propôs reformas estruturais em especial a agrária. Os discursos do presidente Goulart movimentaram o jogo político que gerou tensão entre os setores conservadores da sociedade brasileira.

Foram organizadas manifestações políticas com milhares de pessoas, como o comício da central do Brasil em apoio às reformas e assim como a marcha da família com Deus pela liberdade, uma iniciativa da igreja católica que condenava o governo de "indícios revolucionários" (LUNA, 2013, p.15)..

O Presidente João Goulart foi deposto, em março de 1964, assim como as cassações de políticos e sindicalistas, a princípio os militares mantiveram os partidos políticos e o legislativo em atividade os atos institucionais apresentaram o caráter ditatorial do governo vigente, intervenções militares não eram novidades na república brasileira alguns episódios como a revolução de 1930 e o golpe do estado novo do presidente Getúlio Vargas, além da deposição de Vargas em 1945, os militares legitimam a intervenção na vida pública era a doutrina de segurança nacional, em meio a contradições as forças conservadoras como a UDN que defendia a democracia mais que não aceitava derrotas eleitorais para o PTB e PSD partidos de repercussão nacional anterior a 1964.

Alguns fatores que estão ligados a política internacional norteiam as ações políticas no país como a ameaça anticomunista, as revoluções de Cuba e da China, contribuíram para que setores conservadores tivessem alianças civil-militar como por exemplo a igreja católica, ainda que posteriormente reagiu às denúncias de violação de direitos humanos, denunciados por membros da própria instituição.

A Alta hierarquia da Igreja Católica, como muitos conservadores, considerava, por tanto, necessário combater os movimentos sociais revolucionários. No entanto, um dos desdobramentos da instauração da ditadura foi a violação de direitos humanos, então houve uma reação da Igreja Católica" (LUNA, 2013 p.15).

Os partidos políticos de oposição ao presidente Goulart, principalmente a UDN que apoiaram o golpe partir do ato institucional nº2, por meio de um ato de violência extinguiu todos os partidos políticos existente permitindo apenas a criação de dois partidos situação e oposição moderada, por imposição foram criados os partidos ARENA e MDB. A partir deste momento estava em prática no Brasil o sistema de bipartidarismo.

As intervenções nas instituições por meio de atos institucionais foram recorrentes, em especial no período que corresponde 1964-1968, o AI-5 oficializou a ditadura no Brasil.

Ainda de acordo com (LUNA,2013, p.17),"entre os anos de 1964 e 1968,antes do AI-5,as instituições políticas sofreram sucessivas medidas autoritárias".

quando se ficou claro que a intervenção não seria limitada a deposição de João Goulart e que estavam sendo construídos alicerces para um novo regime,vários políticos que apoiavam o golpe passaram a debater novas normas Jurídicas criadas pelo Exército", como Afonso Arinos e Adauto Lucio Cardoso.(LUNA,2013 p.18)..

Os grupos políticos após o golpe de 1964 alguns reiteraram apoio ao governo,outros se afastaram ou tiveram seus direitos cassados.

O período dos generais presidentes é chamado de civil-militar porque houve um domínio dos militares que preponderavam no governo, porém havia a participação de cidadãos que não eram militares mas que faziam parte da composição do governo.

Sendo assim, é possível caracterizar o período da república brasileira de 1964 até 1985, como ditadura, houve uma severa restrição das liberdades individuais e do exercício da política de forma democrática.

Apartir de 1968 as restrições da liberdade política e as denúncias de violação de direitos humanos eram debates recorrentes entre os opositores do governo, já os apoiadores generalizavam a existência da tortura.

Para Luna(2013), "a preocupação com a defesa da segurança nacional ampliou a competência da justiça militar, em que as indicações para o supremo tribunal federal-STF eram bacharéis filiados à antiga UDN" .

Alguns grupos sociais como a classe artística, tinham convicções diversificadas ainda que nos anos 1960 e 1970 ditadura e regime eram utilizados como sinônimo de Estado, a problematização está em que a administração pública deve prezar por discussões no campo da cidadania.

O impacto da ditadura na administração pública e na sociedade foi de que feito o uso do aparelho de Estado para a repressão e vigilância, usou também de indicações de civis para os cargos de governadores e prefeitos com a intenção de legitimar os atos de violência.

De acordo com Luna(2013), nós podemos analisar de forma mais profunda a intervenção do Estado no campo político e a permanência prolongada no poder.

Entendo que podemos elaborar pesquisas dedicadas a indivíduos e organizações as mais variadas: meios de comunicação,empresas,partidos políticos,sindicatos,órgãos de classe, associações culturais. É importante estudar o impacto da ditadura nas instituições e na administração pública. A Intervenção no campo político através de cassações e lideranças políticas permitiu a ascensão ou a permanência no poder de liderança adversárias (LUNA,2013,p 18).

Ainda que liderado pelos militares, o regime que instaurou uma ditadura de 21 anos no país foi uma ampla aliança entre setores civis da sociedade e das forças armadas que estavam inconformados com os avanços políticos de partidos progressistas.

No próximo capítulo,falaremos sobre a educação do Brasil no regime militar,o planejamento das políticas públicas e a reforma universitária de 1968 e o impacto na produção acadêmica.

CAPITULO II

1. A educação e o regime militar no Brasil

A educação está na administração pública como uma das primeiras áreas a sofrer mudanças, sendo entendida como um veículo de difusão de idéias e de formação de consciências, sendo assim é importante estudar como os governos militares agiram em relação às políticas educacionais. As discussões em torno dos princípios educacionais entre 1968 e 1971 apresentaram os embates internos entre o Ministério da Educação e do Planejamento, as ações apresentaram a vitória dos tecnocratas em relação aos educadores.

A questão educacional foi um campo fértil para adesão e legitimação do governo, a propaganda foi um importante fator utilizado para estimular o patriotismo, alguns pontos dessa questão no currículo escolar foram a disciplina como educação moral e cívica, organização social e política brasileira(OSPB) e estudos de problemas brasileiros(EPB), disciplinas de cunho fortemente doutrinário e ideológico, que tentavam impedir a reflexão e contestação quanto a ordem imposta pelo regime.

Anteriormente ao golpe de 1964, o Brasil viveu um curto período democrático desde 1946, com o fim do Estado Novo de Getúlio Vargas e as discussões na área de educação são não apenas objeto de estudo, mas também de tensão entre diferentes grupos sociais sendo assim a educação além de uma idéia de nação também envolve um projeto de poder.

Além disso, países que precisavam superar problemas de aspectos sociais, políticos e econômicos eram campo fértil de disputas pela hegemonia tanto no campo educacional quanto no controle do aparato estatal, o país passava por um processo de desenvolvimento do capitalismo, a modernização passava por um projeto de desenvolvimento em que também deveria ser social dentro de uma lógica de produção de consumo e a educação por meio da classe trabalhadora deveria

fazer parte no processo seja pelo aumento do poder aquisitivo e direitos de acesso aos bens públicos.

Conseqüentemente com a participação das camadas populares nos debates públicos que reivindicavam melhorias e discutir novas relações com as elites, sendo assim os governos desenvolvimentistas dos anos 1950 e início dos anos 1960, não eram hegemônicos, era então a crise.

Uma parcela dos intelectuais brasileiros acreditavam em um outro projeto de capitalismo, e o desenvolvimentismo conservador, em que defendia um desenvolvimento industrial acelerado com acúmulo de capitais, era o contraponto do projeto progressista esse projeto atendia as classes dominantes e era o contraponto dos governos em que vai culminar em um clima político do golpe de 1964, destituindo um presidente eleito democraticamente.

No campo educacional as experiências e debates no período democrático assim como as instituições de caráter progressistas e liberal foram interrompidas porque não atendiam os militares e os civis que assumiram o poder.

No período entre 1968 e 1971, ocorreu a implementação de reformas educacionais em todos os níveis, desde a educação básica até os cursos de pós-graduação, isso sem a participação da sociedade civil e a intelectualidade, ou seja, professores e pesquisadores. A ideia na área da educação era desmobilizar as ações de determinados projetos de políticas educacionais nas áreas de alfabetização e ciências humanas.

Para José Willington Germano (2005) o projeto educacional do regime militar foi autoritário e excludente. As dificuldades apresentadas para a implementação das reformas foram entre uma delas a escassez de verbas para a educação pública, ainda que com o aumento das vagas e a obrigatoriedade do acesso ao ensino básico o compromisso do governo militar era priorizar recursos em setores diretamente vinculados à acumulação de capitais, sendo assim favorecendo a privatização do ensino, dessa forma a educação foi utilizada pelo governo como controle político e ideológico em todos os níveis, pelo modelo econômico globalizado que foi implementado de acordo com as exigências da necessidade de mão de obra qualificada.

Logo, buscou-se uma racionalização da oferta de vagas tanto na alfabetização quanto no nível superior o aumento da presença dos estudantes nas escolas teve como contraponto corte de gastos na educação, observa-se o aumento das vagas porém uma diminuição dos investimentos, a má qualidade no ensino funciona como um processo de despolitização.

A resistência quanto às políticas educacionais impostas pelo regime militar foram reagir ao autoritarismo do governo com os movimentos estudantis como a união nacional dos estudantes (UNE) e os intelectuais da educação professores como, por exemplo: Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes entre outros esses movimentos foram fortemente reprimidos principalmente a partir de 1968 com o AI-5 e colocados na clandestinidade e os intelectuais foram exonerados, presos, torturados ou exilados.

Segundo Germano, (2005) para os representantes de o governo militar era necessário despolitizar o campo acadêmico, neutralizar as ações de contestação do movimento estudantil, ligado a organizações populares e mantê-lo sob rígido controle e a educação foi utilizada para o Estado militar como uma ferramenta de prática de um projeto nacional, com a participação do setor privado na expansão de ofertas do sistema educacional, ainda que forças oposicionistas conseguissem ampliar seu espaço de atuação política nas figuras como Anísio Teixeira e Paulo Freire para citar alguns que estavam compromissados com a erradicação do analfabetismo e necessidade da discussão da educação e ensino no âmbito de política pública e que apontavam as diferenças sociais, regionais e econômicas das diferentes regiões do Brasil.

O Decreto de Lei nº 477/69 silenciou alunos e professores demonstrando assim o caráter antidemocrático do governo também no campo educacional.

A política educacional implementada pela ditadura militar, assim como projeto nacional de desenvolvimento, foram decisivos na exclusão social, em que as consequências são um desafio que perdura até os dias atuais.

2. O Planejamento educacional no Brasil (1968-1971)

O ano de 1968 marcou o início do auge do chamado regime militar brasileiro, tanto no aspecto econômico como no político, para José Willington Germano:

A partir deste ano, no entanto, tem início o ciclo de expansão econômica denominado de "milagre econômico" e, em fins do referido ano, o governo baixou o ato institucional Nº5(AI-5), recrudescendo a repressão política e instituindo, efetivamente, uma Ditadura com "D" maiúsculo no país, com ascensão da "linha dura" ao centro do poder (Germano, 1994, p.46).

O período de 1968 até 1971 diz respeito à consolidação do regime militar no Brasil no campo político e econômico, no campo educacional mediante uma brutal repressão por meio de um severo controle político e ideológico a atuação do Estado estava em consonância com a política de segurança nacional

Nesse contexto, notadamente entre 1968 e 1971, o governo militar formula e começa a implementar as reformas educacionais: a reforma universitária de 1968 e a reforma de ensino de 1º e 2º graus 1971. Desse modo, o regime político excludente define, com as reformas educacionais, um dos seus projetos de equalização social, por meio de um discurso de valorização da educação em que se propunha democratizar o acesso a escola como forma de propiciar a todos uma igualdade de oportunidades perante o mercado de trabalho (GERMANO, 1994, p.46).

Segundo Germano (1994), do ponto de vista teórico a política educacional pautada no capital humano, em uma conjuntura em que a feitura de políticas e atribuições de tecnocracia civil e militar, é possível observar a educação diretamente relacionada ao mercado de trabalho.

A teoria do capital humano pautou a política educacional em que procura esclarecer a relação direta entre educação e produção capitalista. De acordo com Germano (2005), a conjuntura era de uma sociedade desmobilizada pela repressão, e a atribuição à tecnocracia civil e militar.

No período 1967-1971 entre tantas outras iniciativas podemos citar as seguintes: o relatório Atcon, elaborado pelo assessor da Usaid Rudolph Atcon-1966; a constituição da Comissão Meira Mattos-1967; A Equipe de Assessoria ao Planejamento ao Ensino Superior (Eapes), na esteira de acordos MEC-Usaid, produziu um relatório-1968; a formulação pelo MEC, do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária-GTRU-1968; a Comissão Nacional de Moral e Civismo-1969; o Grupo de Trabalho da Reforma de Ensino de 1º e 2º Graus de 1971.

A referida reforma política fracassou alguns dos motivos demonstram que o investimento público era insuficiente, assim como a falta de recursos materiais, desconhecimento e burlamento das leis pelo setor privado, e a falta de disponibilidade de informações para um desempenho satisfatório do setor

educacional, em um contexto de um governo ditatorial e afeito a classe empresarial nas esferas do poder.

A precarização da escola pública provocou a queda da qualidade de ensino em que a abertura do país ao ensino privado fortaleceu o aumento da desigualdade educacional, o que na prática dificultou ainda mais o acesso das classes populares ao ensino superior.

Um importante contraponto é em 1970 inicia-se às atividades do MOBREAL, idealizado pelo educador Paulo Freire que tinha como objetivo erradicar o analfabetismo no Brasil, o programa funcionou até 1985 sendo substituído pelo Projeto Educar, no ano seguinte em 1971 foi instituído pela lei 68908/71 a admissão nos cursos superiores por meio de um modelo classificatório o vestibular.

A vista disso, é possível observar o interesse do Estado em exercer a função de organizador e controlador das insatisfações de que fossem apresentadas pelas classes populares". Nessa perspectiva o incentivo a mobilização deveria se restringir a "projetos destinados a satisfazer suas necessidades básicas"(GERMANO, 1994).

3 .A reforma universitária de 1968

Os governos civil-militar brasileiro no campo das políticas educacionais destacam-se em três grandes momentos: a constituição de 1967, a reforma universitária de 1968 e a lei de diretrizes e bases da educação de 1971.

A outorgação da constituição de 1967, promulgada por um decreto de lei do executivo, sem participação popular, teve como impacto na área de educação alguns pontos que indicam qual o viés político e ideológico do governo como :a diminuição de porcentagem da vinculação de recursos para a educação e desenvolvimento do ensino também o fortalecimento da instituição educacional privada e a limitação da liberdade acadêmica, esses aspectos apresentam o retrocesso na estrutura organizacional da educação do país.

Em 1968 o congresso nacional aprovou uma reforma educacional que mudou os parâmetros do ensino superior no Brasil, naquele momento foram instaurados elementos importantes como: vestibular classificatório, o sistema de créditos, o fim do sistema de cátedras, e a expansão dos cursos de pós-graduação como o

mestrado e doutorado características que dividiram a graduação em dois tipos: o ciclo básico e especialização.

Essas modificações ainda estão presentes na educação brasileira sendo assim ainda herdamos um modelo de ensino do período ditatorial, algumas adaptações aconteceram após 1968, porém a estrutura da reforma universitária ainda permanece como : o processo de expansão das universidades, e a departamentalização.

No fim na década de 1960 as universidades clamavam por uma maior oferta de vagas de especialização quanto a prática e a pesquisa científica, uma série de políticas então contemplavam as universidades com as verbas e a oferta de vagas que ainda eram muito escassas no país a criação de agências importantes como a CAPES e ao CNPQ , para citar algumas, demonstram que a reforma contribuiu para um sistema integrado de pós-graduação.

As demandas do movimento estudantil, com a expansão de vagas e o fim das cátedras eram necessárias para a modernização das universidades brasileiras, sendo assim o governo acolheu as demandas sociais porém subvertendo-as a estratégia do de desmobilização dos estudantes, a preocupação era o comunismo e as manifestações na França e na China em um contexto de guerra fria preocupava os militares e as classes média e dominantes, com o Ato institucional nº 5 , a reforma universitária que foi feita de forma antidemocrática legitimou a perseguição aos professores e o fim da liberdade de cátedra o que posteriormente teria impacto na qualidade de ensino das universidades pública e privada e na formação dos estudantes das licenciaturas , ou seja os futuros docentes na educação básica e fundamental.

Uma das consequências e que foi um ponto negativo da reforma foi a expansão desenfreada de uma rede particular de ensino superior, em que muitas vezes o sistema privado de ensino apresentou resultados diferentes do ensino público quanto a formação precarizada dos alunos a organização de cursos sendo então grandes empresas de ensino mercantilizado desta forma, o entendimento do desenvolvimento da educação como algo mais global e mais articulado fica prejudicado.

A primeira metade dos anos 1960 apresentou dois grupos distintos e com visões diferentes em relação às políticas públicas no campo da educação sendo assim de um lado eram os intelectuais e os movimentos sociais e de outro empresários e pensadores do governo militar que divergiam da concepção de ensino e políticas educacionais para o país.

O segundo grupo promoveu um golpe civil-militar em que setores da sociedade civil apoiaram a ação da tomada do poder pelos militares o que na prática deu início a um regime autoritário, fato que também aconteceu em outros países da América Latina sendo assim importante para compreensão das políticas educacionais adotadas pelos governos brasileiros subsequentes.

As discussões na área da educação no período do governo civil-militar partiram sempre na perspectiva de investimento e aumento da produtividade, a escola primária deveria capacitar para atividades práticas, o ensino médio para capacitação de profissionais para o crescimento econômico e social do país e o ensino superior a mão de obra especializada para as empresas.

É possível pensar que a educação poderia ser organizada de forma que subordinar o ensino ao interesse da classe empresarial e aos interesses econômicos. A formação das políticas educacionais durante o regime militar fazia parte de um movimento maior das classes dominantes e da classe média e poderiam transformar a universidade em um espaço próximo aos seus próprios interesses sendo assim em 1968 a reforma da educação de nível superior e três anos mais tarde a reforma de diretrizes e bases da educação básica alteraram a estrutura das instituições de ensino uma importante mudança foi a abertura do setor privado e a obrigatoriedade do ensino médio de formar estudantes em cursos técnicos.

A orientação geral traduzida nos objetivos indicados e a referência a aspectos específicos, como a profissionalização do nível médio, a integração dos cursos superiores de formação tecnológica com as empresas e a precedência do Ministério do Planejamento sobre o da Educação na planificação educacional, são elementos que integrarão as reformas de ensino do governo militar. (SAVIANI, 2008, p. 295).

Portanto, a reforma universitária apontou valores de mercado nas políticas educacionais, problematizar a função das instituições de ensino na construção da cidadania é um desafio e qual o valor e significado do trabalho que muda de acordo com a perspectiva de quem elabora as políticas públicas.

No capítulo seguinte, estudaremos a pesquisa histórica e a publicação de periódicos na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos e a produção intelectual sobre educação de nível superior entre o período de 1968-1971.

CAPÍTULO III

1. A pesquisa histórica e a publicação de periódicos na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos

O estudo dos periódicos apresenta a possibilidade de analisar as manifestações contemporâneas dos acontecimentos(CAMARGO; VIDAL,1992),os fatos discursivos podem recuperar preocupações que nas revistas eram discussões correntes e que com o passar do tempo podem não ter tido o enfoque de análises historiográficas posteriores.

Esses fatos discursivos que compunham o universo da fala no tempo podem dimensionar melhor os debates,fazendo-nos perceber cada época sua feição única e não como parte de um processo históricos que arrola causas e consequências.O significado de cada época,buscando nas referências do momento e,não,na interpretação a posteriori,pode redimensionar nossa percepção do período,permitindo-nos vislumbrar lutas e inquietudes numa paisagem que consideramos harmônica(CAMARGO; VIDAL,1992,p.409)

De acordo com Camargo;Vidal(1992,p.415) a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos,desde suas primeiras décadas está ligada a dois movimentos, sendo o primeiro ligado ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos(INEP), sendo um importante veículo de registro e divulgação das atividades de educação nacional publicados pela revista e o segundo movimento é de caráter teórico que apresenta as ideias e análises dos autores no âmbito das questões educacionais “assim como análise dos princípios e questões de aplicação”(CAMARGO; VIDAL,p.416,1992).

Dessa modo é possível captar no interior da revista resultados de trabalhos realizados por diferentes órgãos do Ministério da Educação também dados estatísticos de textos de lei e decisões administrativas de maior relevância além de orientações pedagógicas,assim como textos assinados por grandes educadores

brasileiros, experiências de outros países e pensamentos gerais de autores como: Durkheim, Montessori e Dewey.

O aspecto particular da Revista é o da manutenção de uma dependência aos propósitos dos seus diretores e de alguns colaboradores, os quais se permitiam destinar os rumos da educação brasileira. Por intermédio desses educadores, a Revista firma uma corrente poderosa na organização das práticas e direções da vida escolar brasileira. Mas, o que mais chama a atenção é o fato de a Revista incorporar os objetivos colocados pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), no sentido de organizar a documentação aluai relativa às técnicas pedagógicas e de manter intercâmbio com instituições do país e do estrangeiro. Aliás, é dito que o INEP lançou em 1944 a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos com a finalidade de divulgar os seus trabalhos. (CAMARGO ;VIDAL,1992,p.416).

Nas primeiras décadas após o nascimento da revista é possível determinar em quais eixos ela se fundamenta são os estabelecidos pelo diretor do INEP, e pelos colaboradores da revista diretamente ligados às reformas educacionais da década de 1930.

A Revista apresenta, no seu primeiro número (jul. 1944), o artigo de Lourenço Filho, "A Educação, Problema Nacional" numa exposição em que faz valer uma discussão filosófica e planos específicos de organização educacional. Mais no interior da Revista são colocadas em paralelo às questões pedagógicas e de ensino com aquelas que poderiam ser chamadas de "políticas", principalmente referidas a uma política com a finalidade de "estimular a consciência de um processo educativo que tivesse por fim integrar os ideais e as aspirações de todo o povo"(CAMARGO;VIDAL,1992,p.421)

È possível reconhecer na revista nomes de atuação na literatura, política, sociologia, pedagogia o ponto em comum é o debate pela educação

Aproximo esta última citação à conclusão a que se chega: nos primeiros anos de vida da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, os editoriais e artigos tanto traduzem o que os diretores do INEP e o seu grupo de ligação planejam associados ao Ministério da Educação, como expressam os pontos de vista destes sobre "educação". Daí, poder-se pressupor que tais produtores da educação são os maiores responsáveis pela organização do campo educacional. Eles usam a Revista para fazer valer suas realizações e a divulgação de ideais.(CAMARGO; VIDAL,1992.p 427)

Em conclusão, a RBEP mediante suas publicações traduzem o que o pensamento pedagógico Brasileiro tem muito além da vinculação com os veículos oficiais do ministério da educação.

2 A produção intelectual sobre educação de nível superior da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP): 1968-1971.

A revista brasileira de estudos pedagógicos desde sua fundação no ano de 1947, sempre foi um espaço editorial de mediação entre a sociedade civil e o Estado, em especial nas políticas educacionais e a partir de 1964 particularmente entre os anos de 1968 e 1971 a presença do Estado autoritário articula-se e impõe a reforma universitária e também vale citar as reformas de 1º e 2º graus no ensino brasileiro.

O golpe civil militar de 1964 significou uma ruptura em diferentes níveis da realidade nacional, e a produção da RBEP nesse período visualiza a reforma universitária articulada ao modelo socioeconômico escolhido pelo governo militar, sendo assim o país em uma nova fase indicava a necessidade de ampliação e acesso ao ensino superior e uma profunda reformulação no modelo universitário existente, “o esforço pela reforma universitária inicia-se com a parceria pelo MEC dos serviços de assessoria da Stats Agence International Development (USAID) em 1965”. (SGUISSARD, SILVA JR, 1998, p.103).

A reforma universitária de 1968 significou uma forma de ascensão social da classe média ao produzir uma mão de obra “diplomada”, o novo projeto de desenvolvimento do governo autoritário atendia bem às exigências da mão de obra qualificada em um modelo econômico que o ensino superior era estratégico para o desenvolvimento industrial brasileiro com ênfase no princípio de expansão com contenção de investimentos pelo poder público.

A década de 1960 marcou um período histórico de tensões e possibilidades para a sociedade brasileira, nesse contexto alguns pontos são importantes para analisar o papel da RBEP naquele momento, como: o primeiro as edições e temática dos artigos publicados pela revista, o segundo ponto o papel dos autores importantes na formação da revista e a terceira questão a linha editorial pós reforma universitária de 1968.

Algumas edições merecem destaque e as temáticas das publicações reforçam essa afirmação de como a RBEP (SGUISSARD; SILVA JR, 1998) responde

às exigências de expansão da educação superior entre 1968 e 1971 na seguinte forma em 1969 o nº 116 de (out/dez) foi inteiramente publicada a TV educativa, em 1970, o nº 119(jul/set) a economia da educação custos e benefícios e o nº 120(out/dez) ao ensino técnico e em 1971, o nº 121(jan/mar), a tecnologia, financiamento e TV educativa, são unidades temáticas típicas de tendência tecnicista.

Assim é possível identificar que os artigos publicados pela revista, perderam muito da tendência humanística para a teoria do capital humano de tendência tecnocrata, esses debates seguiram as preocupações das discussões de autores brasileiros e do exterior, temas como a modernização universitária, pesquisa, planejamento, novas tecnologias, etc. (SGUISSARDI; SILVA JR, 1998, p.104).

Apenas para falar das pesquisas sobre o ensino superior (SGUISSARDI; SILVA JR, p.104) entre 1968 e 1971 foram publicados 18 artigos sobre a temática de ensino superior (1968: 9, 1969:2, 1970:6 e 1971:1 período de aprovação da Lei nº 5.540/1968, da reforma universitária).

O segundo ponto mencionado é o papel dos autores importantes na formação da revista, mesmo tendo deixado a direção do Inep, Anísio Teixeira continuou publicando na RBEP regularmente porém com menos intensidade.

Além disso, “outro autor importante a partir de 1964, como Lourenço Filho publicou apenas três artigos e Fernando Azevedo apenas um” (SGUISSARDI; SILVA JR, 1999, p.105), a linha editorial também foi outro ponto importante “Enquanto Lourenço Filho praticamente dirigiu o Inep e a RBEP de 1944 a 1952 e Anísio Teixeira de 1952 a 1964, do período de 1964 até 1979 nenhuma gestão ultrapassou três anos de mandato”, importante citar que no período de 1968 até 1971 a RBEP teve as seguintes gestões: Carlos Correa Mascaro (1966-1969); Guido Ivan de Carvalho (1969-1970) e Walter de Toledo Piza (1970-1972).

No terceiro ponto o conselho editorial, após a reforma universitária de 1968 ocorreram poucas mudanças: algumas figuras marcaram profundamente este período. Jayme Abreu e Lúcia Marques Pinheiro estão presentes no conselho editorial em abr/jun. 1968 (v.49, n.110) e permaneceram, aquele, até jan/mar. 1973 (v.59, n.129), e está, até out. dez 1976 (v.61, n.140).

Posto isso, na produção intelectual sobre a educação superior publicada pela RBEP é possível observar a mudança de direção na abordagem da temática da revista e o distanciamento dos autores que contribuíram na criação e nas políticas educacionais brasileiras e a aproximação do capital internacional atrelado ao ensino tecnocrata.

A educação foi, também alvo de repressão mais ou menos violenta de ampla e profunda reforma, conforme os ideais políticos e os pressupostos teóricos-ideológicos das forças no poder, tendo prevalecido sobre a concepção humanista moderna da Escola Nova, predominante nos anos que antecederam e se seguiram imediatamente após o golpe de 1964-o tecnicismo educacional e pedagógico, nas linhas editoriais da RBEP (SGUISSARDI; SILVA JR, p.109)

Por fim, vale ressaltar o papel da RBEP e seu valor documental da história da educação brasileira, sendo um veículo credenciado há mais de meio século, criado por um órgão do Estado o INEP e construído para ser um espaço mediador entre instituições universitárias e de pesquisa do país e a sociedade civil.

3. Análise de alguns editoriais e a temática das publicações da RBEP entre 1968-1971.

Os editoriais e as temáticas das publicações da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, após a reforma universitária de 1968 atenderam a necessidade de expansão do ensino superior e as exigências de mercado na política educacional do período ditatorial brasileiro alguns temas merecem realce como a criação da TV educativa na ed.116 de out/dez de 1969, nesta edição dois artigos merecem destaque o primeiro na seção documentação: Uma Política de ciência e tecnologia para uma sociedade humanizada de autoria do ministro Jarbas Passarinho e o segundo, Organização e planejamento para a TVE.

No primeiro artigo o ministro Jarbas Passarinho discorre sobre a sua chegada ao Ministério da Educação no Governo do Presidente Emílio Garrastazu Médici e apresenta suas impressões em relação ao ensino: "Fiquem todavia, desde logo, por antecipação, firmados alguns princípios que me norteiam o trabalho. Entendo o ensino como investimento, e não como consumo. Isto traz implicações profundas". (Passarinho, 1969, p.345).

Mais adiante o ministro expõe, a importância da mudança na estrutura legal das universidades e a importância do ensino técnico e médio para a força do trabalho

Percebo que um agressivo programa de ensino técnico de nível médio muito ajudará a corrigir o despreparo com que a mão de obra ingressa a cada ano na força de trabalho nacional. Como hoje, em todo o mundo, se reconhece que a ciência e tecnologia, bem como a pós graduação, sejam altamente contempladas (Passarinho, 1969, p.345).

Diante disso, examina-se a falta de distinção entre os diferentes níveis de ensino e o ministro encerra a fala com um pensamento mencionado referente ao Presidente Castelo Branco.

Por fim, repetindo o lúcido pensamento do Presidente Castelo Branco, quero dizer que o governo não pode, através de decretos, leis e regulamentos punitivos, ser o fundamento da autoridade do corpo docente das Universidades e colégios. Somente o exemplo do mestre, sua dedicação e sua competência poderão garantir aquela autoridade, a cuja falta corresponde, geralmente a insatisfação dos jovens, a revolta dos alunos a contestação da ordem vigente (PASSARINHO, 1969, p.345).

O ministro por fim, pede que os conselhos federais de educação e cultura prestem colaboração em respeito às diretrizes do país desde março de 1964, “Pedirei-me que me prestem a colaboração inestimável de que são capazes, dentro das diretrizes e postulados pelos quais fizemos neste país, uma revolução, em março de 1964” (PASSARINHO, 1969, p.345).

O segundo artigo mencionado na ed.116, que trata da Organização e planejamento para a TVE, de autoria de Maria Terezinha Tourinho Saraiva (1969) é feita uma análise do valor da Televisão educativa em que a educação brasileira teria como objetivos primordiais a formação de uma estrutura capaz de atender as necessidades econômicas do País e a democratização de oportunidades para o aperfeiçoamento político e social.

Para Saraiva (1969, p.267) a televisão representa uma nova força do campo da educação é um artifício moderno nas reformas do método de ensino.

A autora encerra o artigo com recomendações e da importância do esforço do poder público e da iniciativa privada nos meios de comunicação.

Gostaríamos, ainda, de salientar o resultado que pode advir da soma dos esforços do poder público e da iniciativa privada para a consecução das metas educacionais. A obra de educação é obra de unidade: unidade de fins

e de meios, unidade de ensino e aprendizagem; mas, sobretudo a unidade de esforço do espírito, do coração e do trabalho de formação do ser humano (Saraiva, 1969, p.267)

Em vista disso três fatores podem ser observados no artigo da autora: o primeiro a participação da iniciativa privada na participação de recursos, o segundo a subordinação do ensino ao Ministério das Comunicações e o terceiro fator é o esforço da abrangência das transmissões a nível nacional.

É preciso definir e pôr em prática a inter-relação entre os esforços a nível nacional e estadual, possibilitando a aplicação mais eficiente dos recursos, o que envolve problemas de cooperação entre autoridades e organizações existentes e exige determinados requisitos que garantem seu funcionamento (SARAIVA, 1969, p.270).

Ainda conforme Saraiva (1969), a equipe encarregada da programação da TV deveria ser responsável pela distribuição do livro didático nas escolas para o aluno interpretar ou complementar os programas apresentados na televisão.

A edição n.119 de jul/set de 1970 da RBEP, tem logo em seu editorial o título Considerações sobre uma política nacional de investimento em educação, pública por Jayme Abreu, nela logo no início o autor discorre sobre educação e democracia, educação e desenvolvimento e faz uma crítica pela forma de abordagem das publicações sobre o tema naquele período. Em relação ao nível de ensino superior e a produção intelectual nas universidades o autor afirma que "talvez a deficiência máxima desta nossa universidade seja de que ela não se proporá a conhecer e elaborar como se deve a cultura nacional" (ABREU, 1970, p.13).

O autor encerra o editorial e faz uma comparação do trabalho do economista com o educador. "Conseguir colocar, com acerto e equilíbrio, o duplo approach, do economista e do educador no trato dos problemas de educação é tarefa muito difícil de ser realizada, só excepcionalmente conseguida" (ABREU, 1970, p.14).

Ainda com a perspectiva da educação seguir a lógica de mercado a ed.120 de out/dez de 1970 abre com o editorial Educar para a civilização do Trabalho, o autor fala dos desafios de economistas e líderes políticos ao fator educacional nos programas de desenvolvimento.

E vemos agora todas as competências se tornarem técnicas, mesmo as chamadas humanidades literárias e filosóficas, cada vez mais instrumentalizadas por

métodos sofisticados de elaboração, análise, reflexão, interpretação e crítica e além disso, o autor segue o editorial com a preocupação de preparar as novas gerações para o trabalho.

Estamos intensamente preocupados em preparar as novas gerações para o trabalho, para participação ativa na comunidade, numa perspectiva de educação integral que se estenda a todos os níveis de ensino - do fundamental até o superior. A Ênfase dada neste número da Revista ao ensino técnico reflete esse anseio, numa tentativa de visão de conjunto de nossas realidades educacionais, pois acreditamos que o rumo da civilização brasileira seja o da *Civilização do Trabalho*, expressão tão cara ao Papa João XXIII. Para esta civilização, urge orientar a educação do povo. (EDUCAR...p.272, 1970)

Por tanto é possível identificar o caráter conservador apresentado na fala da RBEP no período da discussão da implantação dos cursos técnicos.

O editorial da RBEP de 1970, na ed.121, apresenta o balanço das medidas administrativas para educação brasileira do Ministério da Educação e Cultura.

Dentre as características mais importantes, indicadoras do que deva ser uma administração atuante e atuante nos negócios da educação consubstanciadas nos Decretos n.º 66.296, de 2-3-1970, e 66.967, de 27-7-1970, destacam-se: estruturação dos órgãos com base nos objetivos da política educacional brasileira; implantação da política de descentralização dos processos de execução, visando dar aos órgãos centrais maiores possibilidades de cumprimento dos princípios fundamentais das atividades de planejamento, coordenação e avaliação na administração educacional; modernização dos métodos de trabalho. (MARTINS, 1971, p.5).

A autora segue apresentando as ações do INEP ao longo do ano de 1970, em relação à produtividade de ensino.

Foram concluídas, até setembro de 1970, 7 pesquisas, quase todas relacionadas com ensino primário: duas referenciam-se às condições sócio-econômicas do professor primário, e uma a análise da situação financeira do setor educacional brasileiro. As outras relacionaram-se com metodologias específicas do ensino. (MARTINS, 1971, p.7).

Das pesquisas realizadas em 1970, "duas foram de caráter geral; 20 relacionaram-se ao nível fundamental; 13 com o médio; 7 como o normal e 3 com o superior" (MARTINS, 1971, p.7).

A autora encerra o editorial e demonstra as expectativas para o ano de 1971. "Com a reorganização do INEP em função dos reais objetivos estando já previstas nas Metas e Bases para a Ação do Governo as áreas prioritárias da

educação,os programas do INEP deverão ser orientados no sentido de se integrarem na programação global do MEC”.(MARTINS,1971,p.9).

Perante o exposto, as reformas administrativas da educação fizeram com que o INEP, por meio da revista brasileira de estudos pedagógicos, tivesse autonomia na produção de pesquisas no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP) é um periódico cujo conteúdo aborda artigos inéditos relacionados à área da educação. Um fator importante a destacar é que historicamente a RBEP sempre esteve relacionada a debates no conhecimento educacional servindo de subsídio para as políticas públicas na área da educação. A partir do final dos anos 1960, a legislação vigente por meio dos atos institucionais em consequência do golpe -civil militar de 1964 reprimiu e consolidou a nível nacional, um controle político e ideológico do Estado e a revista sobreviveu ainda que com mudanças na direção e na linha editorial.

Sendo assim, a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos enquanto veículo de disseminação de conhecimento e ampliação dos debates nos espaços e de conteúdos científicos continuou com sua contribuição mesmo no período ditatorial a fim de obter uma educação cidadã que contribuísse com os estudos científicos e organizações da sociedade civil. Outra justificativa importante para a Revista de Estudos Pedagógicos é a relevância da pesquisa acadêmica que comprovaram a melhoria no desempenho escolar e atividade cidadã, exigindo uma maior qualidade e o rompimento com a prática fragmentada e tecnocrata que caracteriza historicamente a educação brasileira.

Quanto à literatura, a produção textual é bastante vasta de informações metodológicas, ainda que não tenha sido encontrado material digitalizado referente a o período analisado da educação e a ditadura militar no Brasil e as pesquisas demonstram aos pesquisadores um amplo cenário do período apresentado, ainda que a distância histórica tenha personagens ainda presentes nos dias de hoje.

É possível observar que o Brasil no período de 1968 até 1971 e também aconteceram esforços para a formação de professores, discussões em relação a atividades extracurriculares e o tratamento quanto à ampliação das vagas e formação dos alunos, porém a ideia de educação vinculada ao trabalho e a falta de disponibilidade de recursos de cada unidade ainda são uma dificuldade encontrada na realidade direta e cotidiana dos agentes escolares.

Estas considerações foram as que eu consegui fazer até o momento, é provável que outro pesquisador possa dar continuidade e ir mais além.

REFERÊNCIAS

ABREU, Jayme. Considerações sobre uma política nacional de investimento em educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. v.54, n. 119, jul/set. 1970.

BRASIL. Decreto-lei n.º 477, de 26 de fevereiro de 1969. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 31 de maio de 2021.

CAMARGO, Marilena Jorge Guedes. VIDAL, Diana Gonçalves. **A Imprensa Especializada e a Pesquisa Histórica: Estudos sobre o Boletim de Educação Pública e a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. In Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília: v.73, n.175, p.407-430, set/dez. 1992.

EDUCAR para a Civilização do Trabalho. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro. v.54, n.120, out/dez. 1970.

FICO, Carlos. **O Regime Militar no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: 3.Ed. Saraiva, 2005.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GERMANO, José Willington. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)**. 4ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GERMANO, José Willington. **Regime Militar: Política e Planejamento Educacional no Brasil** Cad. Cades, Campinas, n.34., p.45-56, 1994.

LUNA, Marlucio. Cíveis e militares unidos pela ditadura. **História Viva**. São Paulo, v.9, n. 115, p.14-19, 05, maio de 2013.

MARTINS, Elza Rodrigues. Ação e perspectivas do INEP. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. v.55, n.121, jan/mar. 1971

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

PASSARINHO, Jarbas. Uma política de ciência e tecnologia para uma sociedade humanizada. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v.52, n.116, p.257/451. out/dez. 1969.

SARAIVA, Maria Terezinha Tourinho. Organização e planejamento para TVE. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro. v.52, n. 116, p.257/451. out/dez. 1969.

SAVIANI, Demerval. O legado educacional do regime militar: Cad. Cedes, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008.

SGUISSARDI, Valdemar, SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **Produção intelectual sobre educação superior na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP): período de 1968-1995**. Brasília, v.79, n. 193, p 95-112, set/dez. 1998.